

## **A construção da subjetividade surda pela falta/presença da língua: uma análise foucaultiana<sup>1</sup>**

**The construction of the deaf identity through absence/presence of the language: a  
foucauldian analysis**

Maria Salomé Soares Dallan\*  
Márcia Aparecida Amador Mascia\*\*

---

**RESUMO:** Realizando uma incursão nos estudos sobre a surdez, observamos que, ao longo da história, os surdos foram colocados – através do discurso – em várias instâncias sociais, provocando uma definição difusa de sujeito, que ora é deficiente auditivo, ora é componente de um povo, o *povo surdo* produtor de uma cultura própria, a *cultura surda*, que em nada se assemelha ao sujeito que a medicina nomeou. Este artigo tem como objetivo analisar esses dois fragmentos de discurso – o de “deficiente auditivo” e o de “povo surdo” – que são constituídos historicamente e, portanto, podem engendrar (novas) subjetividades surdas. Como metodologia de trabalho, elegemos seis enunciados – de três formações discursivas distintas – a respeito das pessoas surdas que se comunicam através da língua de sinais, procedendo a uma análise desses discursos na perspectiva adotada por Foucault na obra *Arqueologia do Saber*. Esse referencial teórico auxiliou a observar que o processo de produção de sujeitos-objetos do discurso no contexto dessas formações discursivas favorece o modo de subjetivação da pessoa surda, uma vez que as três formações discursivas – aparentemente distintas, mas cujo objeto de discurso é o mesmo: o sujeito surdo – reverberam sobre seus sujeitos-objeto de discurso, influenciando seu modo de subjetivação. Sendo assim, pudemos observar

---

**ABSTRACT:** Conducting an incursion in the studies of deafness, we observed that throughout the history of mankind, the deaf people were placed - through discourse - in various social levels, causing a fuzzy definition of the subject, either being considered hearing impaired, or as part of a people, the deaf people producer of their own culture, deaf culture, which in no way resembles the subject who was named by medicine. This article aims to analyze how these two discourses – of "hearing impaired" and of "deaf people" – that are historically constructed, and therefore can engender (new) subjectivities deaf. As research methodology, we elected six statements – three distinct discursive formations – regarding deaf people who communicate through sign language by making an analysis of speeches from the perspective adopted by Foucault in *The Archaeology of Knowledge*. This theoretical framework helped to observe that the production process of subject-object of the discourse in the context of these discursive formations favors the mode of subjectivation of the deaf person, since the three discursive formations - apparently distinct, but whose discourse object is the same: the deaf subject - reverberate on its subject-object of discourse, influencing their mode of subjectivation. Thus, we observed that, even partially, the current Deaf Studies are claiming for the Deaf

---

<sup>1</sup> Parte desse trabalho foi embasado em outro trabalho nosso, apresentado durante o X encontro de Pós-Graduação da USF-Universidade São Francisco cujo tema foi Ciência e Inclusão: A DIVERSIDADE EM FOCO, no ano de 2011. Este, por sua vez, foi parte da dissertação de Mestrado de DALLAN (2012), cuja orientação foi feita por Márcia Aparecida Amador Mascia.

\* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Unicamp.

\*\* Pós-Doutorado pela Universidade de Wisconsin-Madison, no departamento de Curriculum and Instruction.

---

que, mesmo parcialmente, os Estudos Surdos atuais estão reivindicando para a Comunidade Surda a construção/implementação de novos saberes a respeito de si, os quais fundamentarão seu próprio discurso, numa tentativa, talvez, de constituição de um sujeito diferente do que é relacionado nos discursos clínicos produzidos pelos outros não-surdos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Surdo. Libras-Língua de Sinais brasileira. Formações discursivas. Subjetividade. Objetos Discursivos.

Community the construction /implementation of new knowledge about themselves, which will base its own speech, in an attempt perhaps to set up a different subject from what is related in clinical discourses produced by other non-deaf.

**KEYWORDS:** Deaf. Libras-Brasilian Sign Language. Discursive Formations. Subjectivity. Discursive Objects.

---

## 1. Introdução

Pensar uma arqueologia, conforme Foucault (2002), possibilita observar e definir os discursos enquanto práticas que obedecem a regras. Para esse autor:

Há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. (FOUCAULT, 1979, p. 13)

Motivadas pelas questões de produção de positividades em Foucault (FOUCAULT, 2002), mais especificamente a discussão a respeito da emergência dos objetos em uma formação discursiva, a citação acima nos mobiliza a entendermos que estes objetos –verdades construídas a respeito de um grupo de sujeitos, com base em algum atributo ou especificidade–, mantêm uma imbricada relação no âmbito das formações discursivas produzidas em decorrência da vivência desses grupos em sociedade e, portanto, na produção de positividades nas áreas que pensam e falam sobre o sujeito não ouvinte, especificamente aqueles surdos sinalizadores de Libras, a Língua Brasileira de Sinais.

As verdades produzidas nessas dessas formações discursivas que pensam e falam sobre o sujeito surdo acabam influenciando direta ou indiretamente a constituição de sua subjetividade que aqui é concebida como qualidade do que é subjetivo. Não encontraremos esse termo em Foucault, e sim o seu equivalente: modo de subjetivação. Para Castro: “Foucault é conduzido a uma história das práticas nas quais o sujeito aparece não como instância de

fundação, mas como efeito de uma constituição. Os modos de subjetivação são, precisamente, as práticas de constituição do sujeito” (CASTRO, 2009, p. 408). Segundo Castro (2009), existem dois sentidos para “modo de subjetivação”: o mais amplo e o mais restrito. O sentido mais amplo diz respeito aos modos de subjetivação propostos por Foucault que são, na realidade, modos de objetivação do sujeito, ou seja, o modo como ele aparece como objeto de uma determinada relação de conhecimento e de poder. É esse o conceito que embasa nosso percurso nesse artigo. O sentido mais restrito refere-se ao conceito foucaultiano de ética que não cabe ao escopo desse trabalho.

Nossas leituras na área dos Estudos Surdos evidenciaram que esse sujeito-objeto de discurso, atravessado por diversas formações discursivas das mais variadas instâncias sociais, se inscreve (ou é inscrito) nos lugares nos quais se identifica ou é identificado: pessoa surda pertencente à comunidade surda, potencialmente sujeito produtor de cultura, *versus* pessoa com deficiência auditiva, passível de reabilitação através da clínica. Para Castro:

Com efeito, os modos de subjetivação e de objetivação não são independentes uns dos outros; seu desenvolvimento é mutuo. Se, como Foucault, chamamos “pensamento” ao ato que instaura, segundo diferentes relações possíveis, um sujeito e um objeto, uma história do pensamento seria a análise das condições em que se formaram e modificaram as relações entre o sujeito e o objeto para tornar possível uma forma de saber. Essas condições, para Foucault, não são nem formais nem empíricas; elas devem estabelecer, por exemplo, a que deve submeter-se o sujeito, que estatuto deve ter, que posição deve ocupar para poder ser sujeito legítimo de conhecimento, sob que condições algo pode converter-se em objeto de conhecimento, como é problematizado, a que delimitações está submetido. Essas condições estabelecem os jogos de verdade, as regras segundo as quais o que um sujeito pode dizer inscreve-se no campo do verdadeiro e do falso. (CASTRO, 2009, p. 408).

Compreendemos nesse trabalho que a relação entre discurso e subjetividade afeta profundamente o sujeito uma vez que estes se constituem na linguagem e por ela são constituídos. Ao se inscrever em qualquer formação discursiva (escolar, ideológica, cultural, etc.), esse sujeito constrói seu modo de subjetivação e retroalimenta novas formações discursivas produzindo outras visões sobre si, uma vez que afeta e é afetado pelos discursos produzidos; se inscrevendo e se deixando ser inscrito em uma instância e não em outra, ou ainda, ora em uma, ora em outra.

Através do contato com alunos surdos sinalizadores de Libras, pudemos perceber um movimento discursivo forte no Brasil, atualmente ligado aos movimentos internacionais

realizados pela *World Federation on the Deaf*, que visa retirar as pessoas que têm surdez – e que falam a Língua de Sinais – da categoria de “Deficiente Auditivo<sup>2</sup>”, condição oferecida pelas Ciências Médicas. Sujeito com uma falta que pode ser suprida por próteses auditivas, sendo, portanto, um sujeito passível de reabilitação. Segundo Skliar, esta é uma visão clínico-terapêutica e psicológica da surdez (SKLIAR, 1997). Esse autor fez a opção por inscrever os sujeitos surdos nos discursos antropológicos por entender que, através da língua de sinais, os surdos sinalizadores de Libras são um grupo humano a ser compreendido culturalmente. Atualmente os adeptos desta formação discursiva da área da antropologia, – surdos politizados, unidos por ideias similares às explicitadas por Skliar (1997) – nomeiam-se por *Povos Surdos* (STRÖBEL, 2006, 2008a e 2008b), localizam-se geográfica e espacialmente em uma *Comunidade Surda* (LOPES, 2007), reivindicando, enfim, sua condição bilíngue e bicultural.

Nessa introdução, apresentamos resumidamente duas visões aparentemente antagônicas do mesmo sujeito que é objeto dos discursos: “Deficiente Auditivo” *versus* “Povo Surdo”. O questionamento mobilizador do nosso estudo é: Como esses dois discursos constroem historicamente seu sujeito-objeto? A partir de quais regras?

A seguir, apresentamos o referencial teórico e, na sequência, a análise, seguida das conclusões.

## 2. Pressupostos teóricos: Michel Foucault e a *Arqueologia do Saber*

Visando à análise dos discursos sobre a surdez, sentimos a necessidade de estudar o livro *Arqueologia do Saber*, que, em nossa opinião, é um trabalho que rompe com a linearidade histórica na construção de uma análise do discurso, embora ao escopo deste artigo caiba apenas um breve resumo da obra, pelo próprio espaço deste tipo de produção.

Pensar uma arqueologia, conforme Foucault propõe, possibilita observar e definir os discursos enquanto práticas que obedecem a regras. Ela viabiliza uma real possibilidade de escansão do processo de construção das formações discursivas, uma vez que evidencia as contradições, para que surja em seu espaço uma descrição sistemática dos objetos em um discurso.

Pretendemos, a partir desse tópico, “mostrar segundo quais regras uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, conjuntos de enunciados, jogos de conceitos, séries

---

<sup>2</sup> Código Internacional de Doenças – CID H90.0 até H91.9 – A visão de que “compete à medicina atuar no sentido da cura e do tratamento em relação às disfunções do organismo” (SOARES, 1999, p. 108).

de escolhas teóricas” (FOUCAULT, 2002, p. 205), uma vez que eles formam “o antecedente do que se revelará e funcionará como um conhecimento” (idem).

Buscaremos demonstrar, mais especificamente, quais tipos de sujeitos-objeto são formados nessas instâncias, através do macro-discurso, uma vez que, consonante com Foucault, entendemos que os saberes construídos nestas positivities são o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (ibidem, p. 206).

Segue uma pequena sinopse da obra, visando introduzir o leitor ao tema, aprofundando o assunto gradualmente, conforme avançarmos no tema central: as formas pelas quais os discursos contribuem historicamente para a formação de sujeitos-objetos do discurso e a partir de quais regras operam para produzir essa construção, uma vez que concebemos a ideia de que os modos de subjetivação que constituem o sujeito não ouvinte estão atrelados ao fluxo de vozes que compõem os múltiplos discursos que circulam socialmente a respeito da não audição.

Na sequência, apresentamos alguns trechos de relatos históricos que demonstram que o modo de subjetivação desse sujeito percorreu um longo e sofrido processo, e que, ora é sujeito-objeto de uma formação que o conforma ao modelo de “Deficiente Auditivo”, sujeito passível de ser reabilitado através da medicina que elabora técnicas e aparelhagens para suprir a ausência da língua – a oral –, ora é sujeito-objeto das correntes discursivas que o empoderam e o inscrevem nas formações discursivas dos “Povos Surdos”, produtor de cultura através da língua inscrita em seu corpo – a língua de sinais.

No primeiro capítulo, *Introdução*, Foucault contextualiza a partir de onde iniciará seu percurso: as rupturas importantes que visaram a uma retomada dos fatos históricos de forma diferenciada em relação ao que era feito anteriormente. Definindo os autores que detectaram incidências e interrupções no fluxo histórico (Bachelard, Ganguilhem, Guérout), Foucault contextualiza através de dados e dá início ao que pretende ser a arqueologia, que visa ser ruptura em relação à história das ideias, que primava pela linearidade dos acontecimentos históricos. Neste sentido, ele pretende “revelar os princípios e as consequências de uma transformação autóctone que está em vias de se realizar no domínio do saber histórico” (p.18), mostrando que a questão central de sua tese acontece no campo em que os acontecimentos se desenvolvem, ou seja, no discurso.

As ideias sugeridas pelo autor, nesse capítulo, fizeram com que olhássemos para a história sem visar “ ‘memorizar’ os monumentos do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio

coisa diversa do que dizem” (FOUCAULT, 2002, p. 8). Conforme sugerido pelo autor, nos documentos históricos nós procuramos analisar e descrever os fatos em sua descontinuidade histórica, escandindo o próprio discurso em busca das rupturas e das permanências visando uma análise final.

No capítulo *II - As regularidades discursivas*, o autor define de forma precisa as unidades do discurso, rejeitando as interpretações psicológicas que vinham sendo feitas anteriormente. Castro afirma que Foucault define “discurso” como “conjunto de enunciados que provém de um mesmo sistema de formação” (CASTRO, 2009, p. 117), complementando que o filósofo francês afirma que o discurso “está constituído por um número limitado de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência” (idem). Neste capítulo, Foucault aborda também as formações discursivas, buscando definir as relações existentes entre elas e a formação de seus objetos de discurso. Estuda a formação das modalidades enunciativas, dos conceitos e das estratégias, visando descrever todas as nuances analisáveis de uma formação discursiva. Finaliza o capítulo mostrando a necessidade real de analisar o discurso em sua riqueza.

Durante o terceiro capítulo, *O enunciado e arquivo*, o autor deixa claro a abrangência da função enunciativa e descreve importantes conceitos: raridade, exterioridade, acúmulo, *a priori* histórico, arquivo, os quais servirão de escopo teórico para o referencial que será desenhado no quarto capítulo: *A descrição arqueológica*. Neste, o autor especifica o que seria uma descrição arqueológica, confrontando e apontando as diferenças em relação à história das ideias. Nesse sentido, Foucault elucida que, na descrição arqueológica: 1) os discursos são práticas que obedecem a regras; 2) a arqueologia não busca especificar a transição discursiva (o que “precede, envolve ou segue”) e sim observar sua especificidade; 3) Ao invés de pesquisar a obra, ela evidencia “tipos e regras de práticas discursivas que atravessam obras individuais”; 4) é a descrição sistemática de um discurso-objeto e não uma tentativa de reconstituição do pensamento do autor e seus desejos no próprio momento em que proferiram o discurso (FOUCAULT, 2002). Passa a delinear os conceitos de original e regular, onde demonstra que a descrição arqueológica não estabelece uma hierarquia de valor entre uma formulação inicial e a frase repetida anos ou séculos mais tarde. O que importa ao pesquisador é a regularidade com que esses discursos são enunciados enquanto um “conjunto das condições nas quais se exerce a função enunciativa que assegura e define sua existência” (FOUCAULT, 2002). Em seguida, aponta as contradições e os fatos comparativos que utiliza para realizar uma análise

arqueológica, culminando nas mudanças e transformações que tal análise pode empreender.

No quinto e último capítulo do livro, Foucault tenta responder sobre questionamentos que poderiam surgir devido à sua teorização sobre a análise feita neste livro.

Sentimos também, a necessidade de retomar algumas situações históricas já conhecidas na área dos Estudos Surdos visando auxiliar o leitor a se situar dentro da problemática que trazemos no artigo. Estes excertos demonstram algumas influências sofridas pelo sujeito surdo ao longo dos séculos, e que, com certeza, afetaram decisivamente a construção da subjetividade desse sujeito, auxiliando a que ele desenvolvesse novas regras de atuação social.

Através dessas outras fontes pudemos perceber que as pessoas que têm surdez, ao longo da história da humanidade, foram colocadas em vários lugares sociais: foram mortos, proscritos ou apenas tolerados nas sociedades antigas; consideradas débeis e ignorantes até à Idade Média; no século VI, surgiram os primeiros casos de surdos que aprenderam a escrita, quase sempre atrelados à benevolência de pessoas ligadas à igreja; no Renascimento, se investia na aprendizagem, mas apenas dos filhos de famílias nobres; no século XVIII, a palavra falada teve primazia absoluta sobre a língua de sinais (SÁNCHEZ, 1990).

Sánchez afirma que a Gramática de Port Royal (1660) inaugurou uma teoria racionalista da linguagem, afetando diretamente o campo da pedagogia e, por conseguinte, a educação das pessoas surdas, pois foi considerado que “el que no habla no tiene acceso al conocimiento”<sup>3</sup> (p. 44). Para o autor, ao final do século XVIII a opinião dividiu-se entre oralistas<sup>4</sup> e gestualistas<sup>5</sup>, sendo que estes últimos receberam grande incentivo devido à fundação de uma escola para pessoas surdas, com instrução em língua de sinais, pelo abade L’Epée em Paris, em 1775.

Os oralistas contra-atacaram no Congresso Internacional de Milão, em 1880 – conseguindo a adesão da grande maioria de professores ouvintes, que ensinavam pessoas surdas – ficando decidido que a oralidade era superior à língua de sinais, portanto, todas as escolas deveriam usar esta metodologia de ensino.

Os estudos atuais demonstram que esse congresso interferiu negativamente na educação das pessoas surdas, uma vez que desconsidera sua língua de aprendizagem: a língua de sinais. Foram quase dois séculos de metodologias equivocadas que influenciaram sem dúvida o processo de subjetivação desse sujeito que se viu impedido de se expressar e se fazer perceber

---

<sup>3</sup> Aquele que não fala, não tem acesso ao conhecimento.

<sup>4</sup> Preconizam que a pessoa surda deve aprender a falar e a ‘ouvir’ através da leitura orofacial.

<sup>5</sup> Preconizam que a pessoa surda tem uma comunicação própria, através de gestos e que esta forma de comunicação deve ser usada para o ensino no geral.

em sua própria língua.

Em 1960, o linguista americano Willian Stokoe apresenta uma pesquisa científica cujo resultado evidenciou que as línguas de sinais são línguas naturais; esse saber científico propiciou novo olhar educacional e social sobre este sujeito, cuja comunicação era visual. Muitas possibilidades surgiram desse saber proposto por uma positividade: a linguística. Novos discursos que falam esse sujeito-objeto – o surdo sinalizador de Libras – puderam ser tecidos, possibilitando a emergência de outras subjetividades que não a do deficiente auditivo passível de reabilitação.

Uma vez aprofundado o referencial teórico que irá fundamentar a etapa que se segue, e concebendo o processo de construção do sujeito-objeto em uma dada formação discursiva, passamos à metodologia que possibilitou que observássemos mais de perto alguns dos discursos sobre a surdez.

### **3. Metodologia: buscando os dados que revelam os objetos de um discurso**

O objetivo deste artigo é o de analisar duas formações discursivas distintas: “deficiente auditivo” e “povo surdo” em sua emergência, reconstruindo historicamente seus sujeitos-objetos de discurso. Também visamos localizar a partir de quais regras esses discursos puderam emergir, uma vez que concebemos que, por serem construídos historicamente, esses discursos podem engendrar distintas subjetividades surdas.

Durante a coleta de dados procuramos enunciados que versassem sobre a pessoa surda em matérias jornalísticas, teses da área das ciências humanas, blogs, tendo como referência a palavra-chave “surdez”. Escolhemos seis enunciados a respeito das pessoas que têm surdez e que se comunicam através da Libras. Os seis enunciados coletados exemplificam três formações discursivas aparentemente distintas, cujo objeto de discurso é o mesmo: o sujeito não-ouvinte. Neste trabalho, nós procuramos relacionar esses enunciados ao “conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso”, cujas condições de aparecimento foram históricas, sem “enterrá-los em seu solo originário”, conforme propõe Foucault, mas desenvolver “o nexos das regularidades que regem sua dispersão” (FOUCAULT 2002, p. 55), ou seja, a institucionalização que favorece a sua disseminação como discurso oficial. Nós partimos da premissa de que é necessário tratar os discursos “como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (idem, p. 56).

Para fins de análise, nomeamos os enunciados da seguinte forma – conforme duas

categorias propostas por DALLAN (2012) a respeito de discursos *ouvintistas* e *surdistas* –, agregando uma terceira categoria, os discursos institucionais:

1) *Discursos ouvintistas*: Formações discursivas que alimentam o *ouvintismo*, termo cunhado por Skliar que são “as representações dos ouvintes sobre a surdez e sobre os surdos – e o oralismo – a forma institucionalizada do *ouvintismo* – continuam sendo, ainda hoje, discursos hegemônicos em diferentes partes do mundo”. (SKLIAR, 1998 – p. 15); geralmente são enunciados advindos da instância das Ciências Médicas e ou saberes sobre o sujeito surdo na área clínica.

2) *Discursos surdistas*: Formações discursivas que alimentam o *surdismo*, neologismo criado por nós para definir as representações que algumas pessoas surdas sinalizadoras de língua de sinais, teceram a respeito dos não surdos (pessoas que ouvem e falam a língua oral) durante séculos em que se sentiram prejudicados por causa de um preconceito linguístico sofrido por elas em virtude da força da ‘língua oral hegemônica’. Este termo refere-se, também, ao Movimento Surdo Mundial desenvolvido em torno das seguintes formações discursivas: ‘povo surdo’, ‘cultura surda’, ‘comunidade de surdos’, ‘escolas de surdos’ - encontradas em farto material no mundo inteiro, cujo ápice no Brasil, em nossa opinião, ocorreu através dos “Estudos Surdos”: obra fruto de estudos acadêmicos, editada em quatro volumes, distribuída gratuitamente pelo meio eletrônico, rica em descrições a respeito do tipo de representação que este sujeito faz a respeito de si próprio e dos “ouvintes”. Esses discursos abrem espaço para uma nova construção social, de empoderamento da pessoa surda sinalizadora de Libras enquanto grupo produtor de cultura.

3) *Discursos institucionais*: Formações discursivas que alimentam políticas públicas que visam à *delegação de direito*<sup>6</sup> e à *exigência do direito*<sup>7</sup>. As conquistas conseguidas são fartamente atreladas aos movimentos sociais.

Os seis enunciados foram separados nessas três categorias, sendo dois enunciados para cada categoria. Procedemos à análise dos dados conforme proposto por Foucault, de forma a fazermos uma análise arqueológica de acordo com o referencial teórico proposto por este autor. Nesse sentido, consideramos cada enunciado como sendo um “arquivo”, ou seja, como um

---

<sup>6</sup> É uma forma ativa de institucionalização do poder por parte do governo, embora a lei possa ou não ter sido fruto de reivindicações de grupos, é, portanto, passiva por parte da população, que passa a exigir ou não o direito ao qual faz jus.

<sup>7</sup> São reivindicações de grupos sociais, formas ativas de institucionalização do poder, que demandam movimentação do governo para dar conta dos direitos das pessoas, se forem considerados legítimos.

conjunto sistemático de condições históricas que possibilitaram que aquele discurso tomasse forma e se desse a conhecer por outras pessoas além daquele que o pronunciou (FOUCAULT, 2002).

Esse processo de análise, a “arqueologia” (FOUCAULT, 2002), permite navegar em muitos discursos, muitas vezes excludentes entre si, mas que, pelo processo de escansão que pesquisador realiza, permite vislumbrar as contradições inerentes aos discursos analisados.

#### 4. Resultados: O discurso forma sistematicamente os objetos de que fala

As formações discursivas, fruto do *ouvintismo*, podem ser percebidas a partir de 1660, com a Gramática de Port Royal, conforme explicado anteriormente, afetando diretamente o campo da pedagogia (SÁNCHEZ, 1990). Vários autores afirmam que o Congresso de Milão de 1880 – que decretou ser a oralidade a única alternativa de ensino às pessoas surdas – teria sido o grande marco da opressão *ouvintista* sobre a *surdista*.

A partir de 1805, o médico Jean-Marc Itard inicia seu trabalho com os surdos no *Institut National de Jeunes Sourds*, realizando este trabalho por 40 anos (BANKS-LEITE e SOUZA, 2000, p. 74), inaugurando o que Itard chamou de tratamento ‘médico-pedagógico’ (BANKS-LEITE e SOUZA, 2000, p. 58) que, segundo as autoras, “seria já um outro nome para Educação Especial”. Ficava instaurada a presença das formações discursivas das ciências médicas no âmbito das práticas pedagógicas.

Vamos aos enunciados que são consequência de séculos da positividade médica, portanto, classificados para fins de análise como sendo *Discursos ouvintistas*:

- a) “O surdo congênito (...) herda além da surdez outros defeitos constitucionais. (...) Eles são também propensos a doenças do couro cabeludo, à supuração do ouvido (...), e muitos, que não apresentam nenhum desses defeitos crescem retardados e frágeis. (1880)”<sup>8</sup>
- b) “Desconfiado e sensível, é este o personagem com o qual o médico se defronta tentando restituir-lhe o que a natureza retirou – o sentido da audição, sem o qual é impossível qualquer contato verdadeiramente humano. (2002)”<sup>9</sup>

Os fragmentos históricos mostrados (a) ainda impregnam o enunciado atual que

---

<sup>8</sup> Anais do Congresso de Milão, Thompson, 1880, ps. 127-128.

<sup>9</sup> Ítalo Carvalho, é ex-estagiário da faculdade de medicina da universidade de Paris, do hospital Lariboisiere, da Faculdade de Medicina e Farmácia da Universidade de Bordeaux e do Projeto Hope. Esta declaração data de dezembro de 2002 em: [http://www.portalmedico.org.br/jornal/jornais2002/dezembro/pag\\_13.htm](http://www.portalmedico.org.br/jornal/jornais2002/dezembro/pag_13.htm)

trouxemos para análise (b) mesmo após transcorridos 122 anos, ou seja, mais de um século. A fala do médico (b) é impregnada de noções de déficit, conforme nota-se no enunciado (a). A produção das regularidades discursivas sobre a *falta* permanece arraigada nos discursos advindos da área das ciências médicas, uma vez que o discurso médico continua buscando suprir o *déficit* através da biotecnologia: aparelhos auditivos potentes, implantes cocleares, entre outros. O conceito de surdez associado à doença. Foucault afirma que:

A história contínua é correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica –, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas à distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar de sua morada. (FOUCAULT, 2002, p. 15).

A própria história ‘redentora’ da medicina já auxilia para que todo um aparato institucional dê suporte para a circulação de seus discursos que produzem uma ‘verdade’ a respeito desse sujeito-objeto: incompleto, inacabado, deficiente. Os arquivos construídos por essa positividade continuam sendo acessadas por uma grande parcela dos profissionais da área clínica, visando, talvez uma manutenção que dê suporte ao seu discurso, não anunciando, portanto, uma ruptura em relação aos padrões que viam a pessoa sem audição como um ser patologizado e passível de reabilitação através da linguagem oral.

O segundo tipo de formação discursiva, advinda dos *Discursos surdistas*, são enunciados que, provavelmente, sempre ocorreram na história da humanidade, embora nem sempre fossem discursos autorizados a circular da forma ampla, como atualmente. O grande diferencial são as instâncias de emergência de tais enunciados, bem como a formação dos objetos que retroalimentam seu discurso (sobre as regularidades discursivas, FOUCAULT, p. 21-78):

e) Nós surdos somos então um grupo cultural à parte. Um grupo que realmente investe na decisão de ser diferente. De transformar o anormal em normal no cotidiano da vida. É um jogo perverso que se instaura. Jogo entre o que é nossa invenção e o que inventaram sobre nós. Grupo cultural que hoje prossegue e atinge novos ápices passa a carecer novos escalões onde se arquetam os artefatos da cultura e se fortalecem e unem as raízes culturais que a história sepultou (PERLIN, 2007, p. 11).

f) O povo surdo consiste em sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual,

independente do grau de evolução lingüística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laços (STRÖBEL, 2008b, p. 31).

Essas coisas ditas e o que permite seu acúmulo e reprodução é o que Foucault (2002) nomeou por *arquivo*: “São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro)” (p. 148); eles ganharam força através de instituições políticas e acadêmicas ligadas aos movimentos surdos, reestruturando o objeto e sua formação discursiva.

O reconhecimento científico da língua de sinais, um saber acadêmico, sem dúvida, possibilitou a circulação de enunciados fortalecendo a ideia de que seu estatuto é legítimo, portanto, passível de legalização; no Brasil, a Lei de Libras e sua posterior regulamentação possibilitaram a inscrição desses enunciados em um solo fértil, onde essas coisas puderam ser ditas. Essa análise evidencia o que Foucault propõe quando fala sobre a formação das modalidades enunciativas: as três questões propostas pelo filósofo para realização de uma análise arqueológica – quem fala?; de onde fala?; qual posição ocupa esse sujeito que fala? (FOUCAULT, 2002) – nos auxiliaram analisar os excertos, possibilitando melhor compreensão do contexto de produção do discurso.

Pudemos concluir que a emergência desses discursos (os Estudos Surdos em Educação, instância de pesquisa acadêmica) reforça e legitima as ideias aí veiculadas, permitindo que outras pessoas se inscrevam nessa outra formação discursiva que empodera o sujeito através da sua língua de sinais. No entanto, essas coisas só puderam ser ditas porque um movimento anterior a elas possibilitou que aflorassem através do discurso acadêmico.

Outro evento significativo da história contemporânea dos surdos, segundo Lane, foi a “Revolução de Gallaudet” (LANE, 1992, p. 171), ocorrida na primeira universidade para surdos do mundo. Isso possibilitou o fortalecimento da Federação Mundial de Surdos (World Federation of the Deaf, WFD – 1951), que possui representações no mundo todo, inclusive no Brasil. Aqui, os efeitos do ‘orgulho surdo’ começaram a ser sentidos a partir da década de noventa. Lopes afirma que, na década de 1990, a fundação do NUPPES (Núcleo de Pesquisa em Políticas de Educação para Surdos) e a contratação do Professor argentino Carlos Skliar pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1996, possibilitaram grandes mudanças (LOPES, 2007).

Os enunciados mostrados são apenas a ponta do *iceberg* de uma corrente discursiva que causa embate entre as pessoas que nela são por ela nomeadas, gerando contra-poderes no sentido de colocarem-se em outro espaço, auxiliando o surgimento de uma mobilização para se

corrigir ou não a instância em que foram colocadas. Nesses movimentos sociais, estão os discursos defensores dos direitos humanos que surgiram mais fortemente após a segunda Grande Guerra, com a fundação da ONU em São Francisco, 1945.

Os excertos abaixo fazem parte da terceira categoria que foram classificados por nós como *Discursos institucionais*. São enunciados que representam: c) as *políticas públicas* e d) os *movimentos sociais* que passam a construir objetos em decorrência da demanda por melhores condições de existência, atreladas à educação:

c) A convivência entre comunidades locais e imigrantes ou indígenas pode ser um critério para inclusão de determinada língua no currículo escolar (...). Em comunidades indígenas e em comunidades de surdos, nas quais a língua materna não é o português, justifica-se o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua (1998).<sup>10</sup>

d) “Toda criança surda tem o direito a aprender a língua de sinais e também a língua portuguesa e outras línguas” (...) “Propor o reconhecimento da língua de sinais como língua de educação do Surdo em todas as escolas e classes especiais de Surdos (1999)”<sup>11</sup>.

O primeiro excerto (c) foi retirado dos Parâmetros Curriculares Nacionais – que foi concebido sob a forma de *delegação de direito*. Ele surgiu para dar conta do acordo internacional em prol da educação mundial cujo prazo expiraria no ano de 2000, gerando a necessidade de instituir documentos e leis que dessem conta das exigências relatadas em tal acordo. No enunciado (c), o sujeito da ação passa a ser o governo, que aponta diretrizes educacionais pré-determinadas.

No segundo caso (d), que chamaremos de *exigência do direito*, o sujeito da ação passa a ser um grupo de pessoas surdas, sinalizadoras de língua de sinais, que construiriam para si uma representação diferente em relação ao que é considerado pela legislação brasileira como uma ‘deficiência auditiva’. Este grupo é que exige o tipo de educação que pretende para si. É uma forma de ação ativa, onde nessa ocasião os sujeitos conseguiram mobilizar autoridades rumo à Lei de Libras que passou a vigorar em 2002, a Lei 10.436 (BRASIL, 2002), que reconhece a Língua de Sinais Brasileira como sendo o meio de comunicação e expressão da comunidade de surdos brasileira. No enunciado (c), o governo abre uma exceção afirmando que

---

<sup>10</sup> Parâmetros Curriculares Nacionais, MEC, p. 23, 1998

<sup>11</sup> “Que Educação Nós Surdos Queremos”. Manifesto documentado por grupos Surdos no Salão de Atos da Reitoria da UFRGS, 23 de abril de 1999

existe uma língua da comunidade de surdos, no entanto, nesta época, ainda não reconhecia como oficial a Libras. Um ano depois, o grupo enunciado em (d) afirma categoricamente a necessidade de reconhecimento dessa língua de sinais como sendo sua língua legítima, deflagrando uma reação na instância governamental que, três anos depois, oficializa a legislação requerida pelo grupo mobilizador de opinião (c).

A língua de sinais brasileira urbana (Libras)<sup>12</sup> que foi legalizada através da Lei 10.436/2002 – citada anteriormente –, fez surgir o Decreto 5.626 (BRASIL, 2005) regulamentando sua aplicação e instituindo, entre outras coisas, o surgimento de novos cursos superiores e de pós-graduação para dar conta da formação dos professores que estarão atuando nesses espaços; nova reestruturação das escolas que recebem alunos com surdez; criação em diversas universidades de grupos de estudos específicos da área (Estudos Surdos).

Os movimentos sociais das pessoas surdas sinalizadoras de língua de sinais abriram novos espaços institucionais de circulação desses enunciados. Vários documentos e publicações seguem em direção a essa proposta. Lopes afirma que na década de 1990, no Brasil, a fundação do NUPES (Núcleo de Pesquisa em Políticas de Educação para Surdos) e a contratação do Professor argentino Carlos Skliar, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1996, possibilitaram grandes mudanças (LOPES, 2007). O marco central desse movimento foi o manifesto “A educação que nós surdos queremos”, citado anteriormente. Decorre disso que o discurso que os Estudos Surdos preconizam é o de divulgar a formação ideológica dessas pessoas que requisitam para si um espaço cultural e educacional diferente do que foi urdido pelos saberes médicos.

## 5. Considerações finais

Os Estudos Surdos estão reivindicando para a Comunidade Surda a construção e implementação de novos saberes a respeito de si, os quais fundamentarão seu próprio discurso, numa tentativa, talvez, de hegemonização em relação aos discursos dos outros não-surdos. Cabe uma investigação mais acurada visando delinear quem é o sujeito desses discursos: ele é compatível com as reivindicações dessa corrente discursiva, ou é um sujeito transcendental que

---

<sup>12</sup> Embora não tragamos nesse texto existe uma outra língua de sinais no Brasil, e que é milenar. Digo milenar, pois no Brasil os índios Urubus-Kaapor têm sua própria língua de sinais, falada por toda a comunidade, uma vez que entre estes índios há um grande número de sujeitos com surdez. Embora reconhecida, esta língua indígena não demandou uma lei própria, uma vez que os componentes da tribo não demandaram através de movimento político, como os surdos da ‘comunidade brasileira hegemônica’.

deve ser superado, se tivermos em vista a concepção foucaultiana?

Foi importante perceber através da arqueologia empreendida por Foucault, a relação não linear da história. Nos excertos de discurso, pode-se ir e vir no tempo, focando relações e compreendendo a construção dos objetos dentro de uma formação discursiva. Os discursos dos *ouvintistas* continuam circulando ao lado daqueles dos *surdistas*, por vezes se relacionando, se entrecruzando e cada um construindo os objetos de que falam: diferentes formas de enunciar um sujeito que tem quatro órgãos sensoriais em funcionamento, ao invés de cinco.

Coerente com o referencial foucaultiano a respeito da formação dos objetos do discurso, percebe-se claramente na história dos surdos e da surdez que os variados enfoques dados ao tema produziram múltiplos objetos-sujeito dos discursos que circularam a respeito das consequências do “não-ouvir”. Cada formação discursiva derivada deste discurso sobre a “não-audição” reverbera sobre seus sujeitos, produzindo enunciados que se influenciam mutuamente em relação aos objetos que formam.

Para Foucault, o discurso não se caracteriza pelos objetos que privilegia, mas pela maneira pela qual estes objetos são formados (FOUCAULT, 2002). Com base nesta afirmativa, podemos concluir que na história dos surdos e da surdez – embora sempre girem em torno de um ser humano cujo órgão sensorial, o da audição, não é ativo – os objetos não são absolutamente os mesmos, pois o conjunto de relações estabelecidas entre as instâncias de emergência, de delimitação e de especificação dessas formações discursivas são distintas.

Para Mascia a constituição identitária do surdo “se dá no entremeio de dois mundos: de ouvintes e de surdos” (MASCIA 2014, p. 313), e a partir das várias formações discursivas às quais os surdos são expostos, como vimos nesta pesquisa, ou seja, os discursos *ouvintistas* e *surdistas* forjam diferentes identidades surdas que se excluem, mas também se imbricam uma na outra, constituindo esse sujeito de entremeio.

A formação de um vasto conjunto de objetos dos discursos que, imbricados em formações discursivas muitas vezes antagônicas - cujo discurso inicial era a surdez – tiveram sua condição de sobrevivência assegurada devido as condições históricas, sobrevivendo aos homens que os falaram. Segundo Foucault:

O discurso não é a vida: seu tempo não é o de vocês; nele, vocês não se reconciliarão com a morte; é possível que vocês tenham matado Deus sobre o peso de tudo o que disseram; mas não pensem que farão, com tudo o que vocês dizem, um homem que viverá mais do que ele. (FOUCAULT, 2002, p. 239).

Concluimos que essas formações reverberam produzindo novos sujeitos, com novas subjetividades, cuja possibilidade de emergência não é outra senão a linguagem.

### Referências Bibliográficas

BANKS-LEITE, L. E SOUZA, R. M. – O des(encontro) entre Itard e Victor: os fundamentos de uma Educação Especial. In: BANKS-LEITE, L. e GALVÃO, I. (orgs.). **A Educação de um selvagem**: as experiências pedagógicas de Jean Itard. São Paulo: Cortez, 2000. p. 57-82.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault** – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Ingrid Müller Xavier. Revisão técnica: Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. 477 p.

DALLAN, M. S. S. **Análise Discursiva dos Estudos Surdos em Educação**: A questão da Escrita de Sinais. 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba, São Paulo, 2012.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves - 6<sup>a</sup>. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 240 p.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 296 p.

LANE, H. **A máscara da benevolência**: a comunidade surda ameaçada. Coleção Horizontes pedagógicos/Tradução Cristina Reis. Lisboa: Instituto Piaget, 1992. 288 p.

LOPES, M. C. **Surdez e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 104 p.

MASCIA, M. A. A. Do corpolingüagem ao corpo-escrita: Mal-estar-entre-línguas e modos de identificação de um surdo. In: UYENO, E. Y.; CAVALLARI, J. S. e MASCIA, M. A. A. **Mal-estar na inclusão**: como (não) se faz. Campinas: Mercado de Letras, 2014. p. 299-316.

ONU. **Declaração de Salamanca**. Salamanca: Espanha, 1994.

PERLIN, G. **Prefácio**. In: Estudos Surdos II/Ronice Müller de Quadros e Gladis Perlin (organizadoras). Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. p. 9-17.

SÁNCHEZ, G., C. M. **La increíble y triste história de la sordera**. 1<sup>a</sup>. edição. Caracas-Venezuela: CEPROSORD, 1990. 180 p.

SKLIAR, C. B. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998. 192 p.

SOARES, M. A. L. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999. 130 p.

STRÖBEL, K. **A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas**. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, jun. 2006. p.245-254.

STRÖBEL, K. **Surdos: vestígios culturais não registrados na historia**. 2008. 176 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008a.

STRÖBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008b. 120 p.

UNESCO. **Conferência Mundial de Educação para Todos**. Tailândia, Jomtien: Março de 1990.

Artigo recebido em: 14.02.2016

Artigo aprovado em: 02.05.2016